

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Laura Pereira Perdomo Moreno

**O ESTADO, A PAZ E O GÊNERO: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Diogo Tourino de Sousa

Juiz de Fora
2025

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **LAURA PEREIRA PERDOMO MORENO**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202272034A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O ESTADO, A PAZ E O GÊNERO: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**, desenvolvido durante o período de ABRIL DE 2025 a AGOSTO DE 2025 sob a orientação de DIOGO TOURINO DE SOUSA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

LAURA PEREIRA PERDOMO MORENO

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

O ESTADO, A PAZ E O GÊNERO: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Laura Pereira Perdomo Moreno¹

RESUMO

Este artigo se concentra em uma interpretação crítica da relação que se dá entre agentes de intervenção do Estado, armados com um discurso oficial, e o público ao qual as políticas são direcionadas, bem como os resultados não intencionais que podem advir da intersecção entre esses diferentes universos normativos e racionalidades. O recorte é voltado para políticas de gênero e segurança pública, com enfoque no “Mulheres da Paz” nos primeiros anos depois de sua implementação pioneira no estado do Rio de Janeiro, conforme documentado pelas pesquisadoras Bila Sorj e Carla de Castro Gomes (2011). A atuação de organizações não-governamentais (ONG’s), movimentos sociais, beneficiários e associações na disputa pelos sentidos e sensibilidades políticas mobilizadas na formulação de programas sociais aponta para a flexibilidade. Através do método de pesquisa de revisão bibliográfica, são recuperadas autoras como Judith Butler (2021), Bell Hooks (2018) e María Lugones (2014), a fim de tensionar os princípios pelos quais se conduzem políticas públicas desde os anos 1990, como individualismo, empoderamento, autodesenvolvimento, investimento social e autonomia. Esses princípios levam à centralidade dos cursos de capacitação como estratégia de transformação social. Por outro lado, é enfatizado o lugar da solidariedade, da interdependência, do combate radical à desigualdade, da horizontalidade do aprendizado, da convivência e do diálogo como formas mais eficazes de encontrar o cerne do problema (sociopolítico, psíquico e geográfico) da violência e da desigualdade de gênero, bem como de construir saídas em cooperação.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas, gênero, violência, empoderamento, colonialidade.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso aborda de forma crítica a relação que se dá entre agentes de intervenção do Estado e o público ao qual as políticas são direcionadas. Nesse sentido, tal abordagem é delimitada pela perspectiva da teoria feminista com enfoque em relações desiguais de gênero. Apesar de adotar como principal método a revisão bibliográfica, o trabalho mobiliza como exemplo, para conferir dimensão e corpo aos temas desenvolvidos, o caso concreto do projeto “Mulheres da Paz”. Para tanto, mobilizo o estudo de campo produzido por Bila Sorj e Carla de Castro Gomes, intitulado “O gênero da ‘nova cidadania’: O programa Mulheres da Paz” (GOMES; SORJ, 2011).

Por esse viés, busco compreender a articulação entre teoria e prática no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para mulheres e suas famílias, e quais as limitações da instituição Estado como agente de promoção de igualdade e desenvolvimento. Os conceitos centrais na organização do argumento são: vulnerabilidade social interpretada pelo viés de vidas potencialmente enlutáveis, formulado por Judith Butler (BUTLER, Judith. *O princípio da não violência: um vínculo ético-político*. Boitempo, 2021); bem como o princípio do “sexismo institucionalizado sistêmico”, aplicado por Bell Hooks (HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos, 2018). Este trabalho se filia à matriz teórica do feminismo decolonial, no viés elaborado por María Lugones (LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 2014).

Evidentemente, não há pretensão de se realizar um estudo conclusivo, mas sim de aprofundar o debate ao fazer novas possíveis conexões entre ideias e práticas: entre a construção do sujeito político do feminismo na teoria, seus avanços e rupturas paradigmáticas, e a intenção de concretizar uma mudança na sociedade civil

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Email: laurapereira.moreno@estudante.ufjf.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Diogo Tourino de Sousa

através de medidas intervencionistas muitas vezes pensadas de forma verticalizada. No caso do Programa Mulheres da Paz, apesar de o nome trazer destaque às lideranças femininas que atuam no aconselhamento de jovens em risco em comunidades brasileiras selecionadas, na realidade, as medidas socioeducativas e de amparo psicológico são voltadas, na grande maioria, aos jovens exclusivamente.

Por outra perspectiva, os jovens em vulnerabilidade recebem instrução profissional, aconselhamento para entrada no mercado de trabalho, atividades extracurriculares desportivas e encontros com psicólogos e outros profissionais da assistência social; enquanto isso, as mulheres receptoras desses jovens são capacitadas para a função de intermediadoras através de um curso em algumas etapas sobre, principalmente, cidadania, com o acréscimo de um reduzido currículo feminista. Entretanto, parte considerável dessas mulheres aponta a insuficiência do programa em apresentar-lhes oportunidades reais de empoderamento, educando-as para um trabalho satisfatório, que de fato as liberte das opressões de gênero. Logo, assumindo que as reivindicações dessas mulheres merecem atenção, dou início à investigação com base na seguinte pergunta: existe, de fato, a possibilidade de “conscientizar” e “libertar” mulheres em risco através de cursos de capacitação?

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo Bila Sorj e Carla de Castro Gomes (GOMES; SORJ, 2011, p. 147-149), desde 1990 testemunhamos um estímulo renovado às políticas sociais, seguido pela redefinição do papel de atuação do Estado, que se deu através de notável redistribuição da responsabilidade pelo bem-estar do cidadão entre outros agentes e instituições. Em outras palavras, ao invés de exercer o controle direto, passa a contar com parcerias que incluem as chamadas organizações não-governamentais (ONGs), igrejas, comunidades e indivíduos beneficiários, dentre outros.

Segundo as autoras, foi introduzida uma nova noção de temporalidade nas políticas sociais, um olhar voltado para o futuro, explicado pelo termo “investimento social”. O foco é desviado do provedor masculino para as crianças e jovens, o “futuro da nação”; o objetivo passa a ser o desenvolvimento de “capacidades”, melhor dizendo, de mudanças comportamentais que reforcem a sua autonomia com relação ao projeto assistencial, transformando-os em “capital humano”, ou seja, em representantes de um novo modelo de cidadania ativa que se pretende atingir.

Em função de tais modificações, as autoras dialogam com estudiosos (MCKEE, 2009 e LARNER, 2000) que recuperam o conceito de “governamentalidade” desenvolvido por Foucault para explicar o envolvimento de um tipo de racionalidade política direcionada não só para a coordenação de atores sociais, mas também para a produção de novas subjetividades. Todavia, segundo as pesquisadoras, “o efeito disso é um estudo das mentalidades desencarnadas de relações sociais ou, dito de outra forma, da percepção da realidade social como sendo uma derivação direta das mentalidades, conhecimentos e discursos dominantes.” (GOMES; SORJ, 2011, p. 149). Sorj e Gomes, por sua vez, defendem que o estudo das políticas públicas leve em conta os arranjos e as disputas entre os operadores e os beneficiários, ressaltando as descontinuidades entre discurso e prática, com destaque para consequências não intencionais que resultam da relação entre diferentes universos normativos e racionalidades.

Nessa mesma linha de investigação, Claudia Fonseca (FONSECA, Claudia. “Família e parentesco na antropologia brasileira contemporânea”. In: *Horizontes das Ciências Sociais. Antropologia*. ANPOCS, 2010) discorre sobre a influência das forças institucionais na formulação de sensibilidades familiares. Em tal análise, que leva mais em conta os fatores econômicos, a família seria contemplada como um tipo de “amortecedor” da crise estrutural, reduzindo a demanda por serviços públicos. De acordo com a antropóloga: “Ao mesmo tempo em que a família é convocada como aliado na solução de uma série de problemas sociais, a ‘era dos direitos’ traz um viés individualista que situa a família como pano de fundo ao bem-estar das diferentes categorias que a compõem (mulheres, crianças, idosos).” (FONSECA, 2010, p. 12).

Nesse sentido, não é mais “a família” como um todo que mobiliza os interventores - eles projetam suas ações sobre “sujeitos de direitos” destacados da família e escolhidos com base em critérios de geração, sexualidade e gênero. Ao mesmo tempo em que é possível pensar nas renegociações de autoridade que acontecem dentro de um grupo familiar por conta das novas circunstâncias que políticas públicas criam (através de transformações nos interesses, valores e práticas que um projeto social pode suscitar, ou até mesmo por consequência da titularidade sobre um auxílio ou bolsa de caráter financeiro, em outros casos), também é

necessário pensar nas assimetrias de poder envolvidas na relação entre os definidores da “norma” - os agentes de intervenção armados com um discurso oficial - e a sua população alvo, cuja criatividade não é possível obscurecer.

É nesse contexto histórico que se inscreve o Programa Mulheres da Paz (MP), lançado pela primeira vez em agosto de 2007, vinculado ao Ministério da Justiça, como parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O MP busca impedir a entrada de jovens para a criminalidade, atuando nas áreas nomeadas como “territórios vulneráveis”. A fim de realizar a seleção das candidatas, foram abertos editais e aplicadas provas: ao menos no estado do Rio de Janeiro, pioneiro na implementação do programa, em 2008, 2550 mulheres foram aprovadas pelo edital. O papel que essas lideranças femininas desempenhariam seria o de identificar os jovens de 15 a 24 anos, público-alvo do Pronasci, ou seja, aqueles “à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei” (Ministério da Justiça do Brasil, 2010. In: GOMES; SORJ, 2011, p. 151). Elas se tornariam responsáveis por aconselhá-los, encaminhá-los a programas de formação, com atividades culturais e esportivas - como o Protejo – e acompanhar sua trajetória de auto aperfeiçoamento. Tanto os jovens como as mulheres participantes recebem uma bolsa mensal em dinheiro.

Segundo Sorj e Gomes, o Pronasci “se destina a articular ações estratégicas de ordenamento social e de segurança pública com políticas ‘sociais’ e ‘preventivas’, no intuito de atuar nas ‘raízes socioculturais’ da criminalidade.” (GOMES; SORJ, 2011, p. 151). Assim, na forma como o Pronasci se refere às áreas geográficas sobre as quais atua como “áreas de vulnerabilidade”, e às pessoas como “em situação de risco”, existe uma omissão relevante: vulnerável com relação a quem? Desse modo, torna-se necessário complexificar as definições de violência e criminalidade, e compreender, sobremaneira, a forma como os Estados fazem uso instrumental de certas categorias. Portanto, com a finalidade de conhecer a violência fora dos esquemas de justificação e práticas de nomeação, uso como referência o livro “A força da não-violência: um vínculo ético político” da filósofa Judith Butler.

Butler alia psicanálise à filosofia moral e à teoria social, a fim de propor uma forma de construção do mundo (sociopolítico e psíquico) que garanta que as condições infraestruturais de preservação da vida sejam reproduzidas e fortalecidas. Ou seja, como fazer oposição às formas biopolíticas de racismo, sexismo e às lógicas de guerra, sem reproduzir a sua destrutividade. Assim, ela propõe à esquerda questionar a lógica instrumentalista, de quem afirma “usar” a violência de forma tática, como se a violência não tivesse uma coerência própria que escapa às razões conscientes que os grupos dão a si mesmos para agir.

A história do pensamento político liberal nos leva a crer que chegamos a este mundo social e político a partir de um estado de natureza, onde já éramos indivíduos, homens e adultos, e estávamos em conflito uns com os outros. Todavia não nos é dado compreender como nos individualizamos e porque nossa primeira relação passional não poderia ser o afeto ou a dependência. Nessa perspectiva, “Esse *eu* pertence somente a si mesmo ou àqueles que aumentam o sentido de si mesmo e, por isso, permanece sem mundo, ameaçando este mundo.” (BUTLER, 2021, p.120). Mas se percorremos o caminho contrário, é evidente que todos nascemos em uma coletividade que nos garantiu a sobrevivência quando não podíamos sequer andar ou falar, e necessitávamos de alguém que nos carregasse nos braços, nos mantivesse limpos e saciasse nossa fome. Somos interdependentes, tanto em uma compreensão psicanalítica quanto social. Vivemos com raiva dessa dependência, mas dela “não podemos nos libertar sem libertar as condições da vida social e psíquica em si.” (BUTLER, 2021, p. 87).

Butler cita Walter Benjamin para documentar que a violência é interpretada, uma vez que “os quadros de referência nos quais são fixadas essas definições oscilam.” (BUTLER, 2021, p. 109). Sob essa ótica, a violência sobre a qual o Estado detém monopólio é chamada “violência legal”, e seu quadro de referência é o Direito. Os Estados renomeiam constantemente seu próprio caráter violento, tratam de maneira eufemística os atos violentos em jogo nas táticas de repressão – sob a rubrica de uma “coerção justificável” ou “força legítima”. À vista disso, da perspectiva do poder respaldado, toda forma de desafio e tentativa de dissolução desse regime legal é classificada como violenta, até mesmo os protestos pacíficos, exigindo uma resposta defensiva. O potencial destrutivo é projetado sobre os que enfrentam a autoridade, ou seja, a violência é encoberta na medida em que é transferida.

De acordo com a filósofa estadunidense, a exceção à interdição da violência surge na maior parte das vezes associada a um pressuposto de autodefesa. No entanto, a “autodefesa”, diferentemente do que se pode imaginar a princípio, diz respeito a mim mesmo mas também às pessoas que pertencem a um regime mais amplo do eu. Ou seja, o indivíduo se predispõe a intervir de forma violenta em nome de algumas pessoas com quem ele se relaciona e que atribuem a ele uma identidade social.

De acordo com Butler, o princípio pelo qual a exceção a não-violência é identificada é de base demográfica, porque serve para diferenciar as populações. A publicista enfatiza, portanto, a distribuição desigual do direito ao luto, afinal, certas pessoas não são dignas dessa comoção por já estarem mortas social e efetivamente:

Um dos motivos pelos quais argumento que a não violência tem de ser associada a um compromisso com a igualdade radical é precisamente porque a violência age como uma intensificação da desigualdade social. Essas desigualdades são diferentemente produzidas por formas biopolíticas de racismo e lógicas de guerra, mas ambas fazem uma distinção constante entre vidas enlutáveis e não enlutáveis, vidas valiosas e vidas descartáveis. (BUTLER, 2021, p. 115)

Os jovens “à beira da criminalidade” estão em risco porque, se ultrapassam o limite da possibilidade e entram em conflito declarado com a lei, tornam-se passíveis de morte. Mulheres e pessoas feminilizadas, igualmente, se encontram na condição de matáveis, porque toda dominação sexista pode ter como desfecho moral a violência e o feminicídio; a impunidade incorporada à estrutura jurídica reitera a dominação (BUTLER, 2021, p. 144-146). Por outra via, “em uma condição de biopoder, a população tem direito à vida apenas sob a condição de que seja assinalada como potencialmente enlutável.” (BUTLER, 2021, p. 97), logo, quando constituídos como sujeitos de direitos, e existindo em concordância com uma norma de vida. Por conseguinte, quando políticas sociais encorajam certas subjetividades em detrimento de outras, revelam-se as formas tácitas de racismo ou sexismo que estruturam o discurso estatal.

Testemunhamos, em muitos dos discursos que orientam as práticas de políticas públicas, inclusive no projeto MP (que será analisado com mais profundidade adiante), a equalização entre mulheres, maternidade e cuidado. A atribuição das qualidades de proteção, responsabilidade e pacifismo à uma “essência” feminina parte de um fundamento sexista, já amplamente sinalizado na teoria feminista em nossos dias. Todavia: “baseados nesse pressuposto naturalizante de gênero, atores governamentais, não governamentais e movimentos populares do país promovem diversas iniciativas que buscam mobilizar as mulheres para campanhas de desarmamento, paz e prevenção à violência.” (GOMES; SORJ, 2011, p. 152).

No livro intitulado “O feminismo é para todo mundo”, Bell Hooks tece uma crítica ao estigma de gênero dos programas sociais. Segundo essa autora, o foco reforçado na construção da mulher como vítima deixa de mencionar que o pensamento e o comportamento sexistas são as ameaças, e esses não se resumem ao gênero do indivíduo. Tanto homens quanto mulheres foram socializados em uma cultura de dominação, e devemos enxergar que ambos os grupos nesta sociedade apoiam o uso de violência, se quisermos eliminá-la. Desse modo, a violência patriarcal em casa como resultado do sexismo “é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de violência coercitiva.” (HOOKS, 2018, p. 56).

Ao retomar o contexto pioneiro de implantação do MP no estado do Rio de Janeiro, o projeto esteve inicialmente identificado com o ideário de organizações de mães que perderam seus filhos em conflitos urbanos, na maior parte das vezes, assassinados pela polícia. A mais famosa dessas organizações é a “Mães de Acari”, movimento que começou com a ação de onze mães de jovens massacrados no evento conhecido como Chacina de Acari, em 1990. Essas mulheres pressionaram o poder público por uma investigação adequada do caso, em busca do paradeiro dos corpos de seus filhos e responsabilização dos policiais envolvidos no crime; posteriormente, com o amadurecimento da estratégia política, lutaram também por medidas legislativas.

Por conseguinte, na redação final do projeto MP, o objetivo de incluir os jovens e adolescentes nas redes de assistência oferecidas por organizações parceiras, que supram suas mais diversas carências, aparece em conjunto com o propósito de emancipação feminina e enfrentamento à violência doméstica, incentivando a “capacitação de mulheres socialmente ativas”; essa transformação no texto acontece em decorrência de um longo processo de articulação política com a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM), de viés feminista (GOMES; SORJ, 2011, p. 152).

Nesse interim, é possível elaborar uma crítica à centralidade das atividades de educação e capacitação no desenho do programa Mulheres da Paz; essas atividades ganham importância devido à ênfase dos programas sociais na “agência” e no “protagonismo” do indivíduo “transformado”, em detrimento de mudanças estruturais.

Segundo Sorj e Gomes, a participação das mulheres no espaço público emerge repleta de analogias ao seu papel no ambiente doméstico e familiar, como cuidadora e possuidora de qualidades maternas. Por outro

lado, movimentos de mulheres e organizações de direitos humanos afirmam que a atuação das mulheres pobres junto à sua comunidade deve ser construída pela chave política do “empoderamento”. Nesse sentido, a mudança nas relações de gênero começa na:

[...] transformação pessoal e se estende à família e ao ambiente em que atuam. Para tanto, educar as mulheres para temas como direitos, sexualidade e liderança comunitária, que as ajudem a superar formas opressivas de feminilidade e forjar novas subjetividades femininas, ‘modernas’, constitui o fulcro dos cursos de capacitação oferecidos às Mulheres da Paz antes e durante sua atuação em campo. A metodologia da capacitação enfatiza metas como a valorização da autoestima e o autodesenvolvimento, enfim, uma “reforma da subjetividade”. (GOMES; SORJ, 2011, p. 153)

Segundo o estudo referenciado, os cursos foram elaborados por uma empresa de consultoria experiente na formação de policiais junto ao Pronasci, era ministrado por professores ligados aos temas, articulava aulas expositivas e dinâmicas de grupo. As temáticas desenvolvidas com as alunas eram divididas em dois eixos de formação: a primeira parte era voltada à assuntos como “cidadania”, “direitos humanos”, “juventude” e “cultura de paz”. A segunda parte, voltada para o currículo feminista, era menor, e tratava de temas como “gênero”, “violência contra a mulher” e “direitos sexuais e reprodutivos”.

O objetivo desses encontros era promover “consciência de gênero”, ao estabelecer que comportamentos e posições de poder são determinados social e culturalmente. Por sua vez, a gramática política da autoestima, da identidade e do corpo, teria como finalidade conferir sentido aos temas abordados em sala de aula nos planos individual e psicológico. As mulheres participantes eram incentivadas a construir narrativas de si mesmas que as fizessem emergir como indivíduos empoderados, líderes, autônomas, conscientes e engajadas.

Entretanto, nesse contexto, a apropriação do discurso feminista dá ensejo à tensão entre duas diferentes concepções de empoderamento: para si mesma (empoderamento individual) e para agir em nome de outro (empoderamento via comunidade). Nesse sentido, muitas mulheres cujas entrevistas foram registradas por Sorj e Gomes alegaram que se sentiam usadas como “porta de entrada” para o Pronasci acessar os jovens em risco, e relatavam seu desejo de receber estudo profissionalizante a fim de adentrar o mercado de trabalho. Suas declarações evidenciavam insatisfação com a bolsa, bem como a valorização da conquista do emprego formal como meio de pagar as contas e exercer cidadania.

Assim, “Desafiando os limites do enquadramento das suas atividades pelo Programa, as mulheres deslocam sua ação para a promoção de novas oportunidades de inserção no espaço público e em atividades geradoras de renda.” (GOMES; SORJ, 2011, p. 156). Algumas das Mulheres da Paz redefiniam os objetivos iniciais do programa mediante formas de associativismo, tanto para geração de renda, quanto a fim de pressionar agentes governamentais pela oferta de cursos de capacitação e inserção profissional para elas.

Todavia, um outro grupo de participantes do Programa não enxerga essa oposição, e considera que a delegação de cuidado aos jovens as investe de autoridade, reconhecimento e distinção frente aos vizinhos e poderes locais. Além disso, a falta de especificidade no edital sobre o que configuraria “condição de vulnerabilidade” é também uma forma dessas mulheres ampliarem seu poder de decisão sobre os jovens, permitindo que elas indiquem parentes ou lancem mão de juízos morais para dar vazão a pretensões normatizantes. Dessa maneira, o Programa passa a servir, por exemplo, como ferramenta de reprimenda e controle da sexualidade de jovens garotas.

3. DISCUSSÃO

Segundo Bell Hooks, a ascensão do chamado “feminismo do poder” na década de 1990, ampliou a noção de “empoderamento” individual como solução para as condições de opressão de gênero em todo o mundo. Porém, Hooks afirma que, por meio dessa ideia, mulheres brancas com poder de classe declaram ser como “donas” do movimento. O restante das mulheres as seguiriam, como a um farol. Por essa razão, esse feminismo é fiel às classes dominantes e resgata uma fantasia paternalista neocolonial; porque proporciona ao capitalismo transnacional a oportunidade de se apropriar de um movimento político, haurindo-o de todo viés revolucionário,

para oferece-lo como “mais um produto luxuoso do ocidente que mulheres em outras culturas devem lutar para ter o direito de consumir.” (HOOKS, 2018, p. 45); ou então, como um estilo de vida.

O feminismo reformista, centrado na luta por igualdade de gênero no mercado de trabalho e na ‘libertação da mulher’ como caminho para a mobilidade de classe mantém a subordinação de mulheres trabalhadoras e pobres. De acordo com Hooks, trabalhar por salários baixos nunca libertou mulheres da dominação masculina, e pelo contrário, conduz ao fenômeno de “feminização da pobreza”, devido a desigualdade de acessos e o desmanche do sistema de assistência social. Quando pensamos pelo recorte de classe e raça, não é novidade que as companheiras negras e pobres sejam levadas ao papel de provedoras da família, e a força que mais as conduziu para o mercado de trabalho em postos mal pagos, até então, foi o capitalismo consumista. Essa pensadora norte-americana, por outro lado, defende a noção de autossuficiência como libertadora: no lugar do trabalho por si só, o trabalho satisfatório, esse sim, liberta da opressão patriarcal.

Hooks propõe na sua obra aqui referenciada, que as políticas feministas seguem perdendo seu “momentum” porque o movimento feminista perdeu suas definições claras. Nesse contexto, a sala de aula substitui o grupo de conscientização (nos Estados Unidos, “grupo de conscientização” refere-se a espaços de encontro e diálogo, de materialização de uma pedagogia engajada, onde o aprendizado se dá de forma horizontal e coletiva, e é dado a cada indivíduo compartilhar experiências pessoais e perspectivas a fim de compreender as relações de poder que os atravessam), e essa substituição significa a “perda do potencial fundamentado na massa.” (HOOKS, 2018, p. 19). Também, se não enxergarmos homens como aliados na luta contra o sistema de dominação patriarcal, e contra a violência específica que deriva do pressuposto da autoridade inalienável do forte sobre o fraco, os esforços de políticas públicas voltadas para gênero tendem a ser incompletos.

Tendo em vista a necessidade, apresentada por Hooks, de construir um movimento visionário que fundamente “seu trabalho nas condições concretas de mulheres trabalhadoras e pobres” (HOOKS, 2018, p. 42), parto para um diálogo com a pesquisadora María Lugones e suas elucubrações a respeito do dever do feminismo decolonial. Em seu artigo intitulado “Rumo a um feminismo descolonial” (LUGONES, 2014), a socióloga argentina explicita que a desumanização decorrente do processo de dominação colonial não permitiu englobar na categoria de “mulheres” as sujeitas racializadas, que pertenciam a um grupo inferior “por natureza”. Para o branco europeu, não existiam “homens” e “mulheres” nas Américas, com o mesmo estatuto do colonizador. O colonizado, inúmeras vezes, aparece nos registros diferenciado apenas enquanto “fêmea” ou “macho”, bestial em oposição ao civilizado, seres enojantes ocupando posições degradantes. Ou seja, não há mulheres colonizadas enquanto ser.

Lugones reforça, assim como Aníbal Quijano, que a colonialidade do gênero (como a do poder), ultrapassa o período histórico em que foi primeiramente institucionalizada, e sobrevive até os dias atuais. A lógica colonial tende a reduzir toda a realidade, subordinando-a a uma lógica dicotômica, hierárquica e categorial. O sistema colonial/moderno de gênero opera construindo hierarquias e desigualdades, marginalizando e invisibilizando as experiências de mulheres não-europeias e não-brancas. A concepção racializada, heterossexual, dicotômica e hierárquica dá significado à distinção de gênero, todavia, “Por sua relação íntima com a violência, essa construção do humano encontra-se viciada por completo.” (LUGONES, 2014, p. 947). O esforço de enxergar a colonialidade exige às feministas “largar seu encantamento com mulher, o universal” (LUGONES, 2014, p. 948), enquanto categoria analítica isolada, e não intrinsecamente relacionada com classe, raça e o componente geográfico do território submetido a um processo de colonização (“lócus colonizado” ou ‘lócus fraturado”). Trata-se de uma questão de “geopolítica do conhecimento”, movendo-se na contramão de uma análise sociocientífica objetificada e procurando enfatizar a subjetividade ativa.

Através da colonialidade, é imposta uma ontologia e uma cosmologia que nega aos seres desumanizados toda possibilidade de troca e comunicação humana, toda possibilidade de compreensão. Quando vemos a colonialidade do gênero, enquanto análise da opressão de gênero racializada, segundo Lugones, vemos tanto a pessoa inserida em um universo de sentidos não dicotômicos, quanto a besta, “ambas lutando por sobrevivência sob diferentes poderes.” (LUGONES, 2014, p. 946). A socióloga latino-americana propõe que “a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apaga-la.” (LUGONES, 2014, p. 948).

Segundo o argumento aqui defendido, é imprescindível que atores governamentais, não-governamentais e movimentos sociais envolvidos no planejamento de políticas públicas no Brasil levem em consideração a importância da afirmação de uma lógica de coalizão em oposição às lógicas dicotômicas, antitética à lógica do capital, por meio da qual a multiplicidade nunca é reduzida.

Compreende-se a colonialidade do gênero como exercícios de poder concretos, intrinsecamente relacionados, alguns corpo a corpo, alguns legalistas, alguns dentro de uma sala onde as mulheres indígenas fêmeas-bestiais-não-civilizadas são obrigadas a tecer dia e noite, outros no confessionário. As diferenças na concretude e na complexidade do poder sempre circulando não são compreendidas como níveis de generalidade; a subjetividade corporificada e o institucional são igualmente concretos. (LUGONES, 2014, p. 948)

Além do mais, é preciso compreender que os espaços e cosmologias vividas constituem uma pessoa, para que a “reforma da subjetividade” não se reduza a um discurso monovocal sobre o indivíduo, sem reconhecimento ou interação com as vozes do público alvo. “A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos.” (LUGONES, 2014, p. 949). Assim, “Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista.” (LUGONES, 2014, p. 949).

De outra forma, a argumentação de Judith Butler converge no que concerne à atribuição de importância à convivência, valorizando a multiplicidade e diversidade. A autora afirma que a não violência é uma obrigação ética a que escolhemos nos ligar na medida em que concluímos que estamos ligados também uns aos outros, ou seja, precisamente porque podemos destruir que devemos saber o porquê de não destruir e evocar os contrapoderes que refreiam a capacidade de destruição, tendo em vista que a possibilidade de vida política repousa sobre os laços sociais. Segundo a filósofa, a solução não reside em fortalecer as restrições morais, mas sim em estabelecer um discurso radical da igualdade. Em suas palavras: “De fato, a esquerda não deveria sacrificar o discurso da vida a oponentes reacionários. Afirmar a igualdade é afirmar a convivência – definida em parte pela interdependência que elimina as fronteiras individuais do corpo ou aproveita essas fronteiras por seu potencial social e político.” (BUTLER, 2021, p. 119). A crítica da violência para Butler, equivale a uma crítica radical da desigualdade, por isso abrange as práticas de resistência às formas jurídicas e econômicas de exploração tanto quanto a valorização das formas de solidariedade insurrecional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, evoco a desconfiança na ideia de que mulheres educadas em sala de aula, individualmente, a partir de um movimento de reforma da subjetividade, transformem a realidade social no entorno mediante inspiração ou proatividade. A princípio, o Programa avaliado inseriu na realidade dessas mulheres uma nova maneira de pensar a sua agência e propôs a reconstrução de sua autoimagem, mas a ementa do curso não se imprime na mente das pessoas tal como foi primeiro concebida por uma empresa ou por agentes ligados ao Estado. De outra forma, o vínculo dessas mulheres com a igreja evangélica, seu histórico como líderes comunitárias, sua proximidade com um grupo de mulheres parentes ou colegas em alguma atividade profissional, a interferência de valores culturalmente adquiridos, sua própria gramática, universos normativos e objetivos pessoais alteram a rota de projetos sociais, apontam suas lacunas, ampliam seu escopo, ou utilizam-no como uma fonte virtual de status e influência.

Muitas vezes, uma intervenção que antes objetivava obter auxílio para recolhimento, proteção e educação de jovens, em que as mulheres seriam as intermediárias, passa a ter sua estrutura aproveitada para alcançar outro tipo de resultado final, em que a entrada bem-sucedida das adultas do presente no mercado formal de trabalho, e não dos “adultos e adultas do futuro”, passa a simbolizar muito mais o sucesso do empreendimento estatal.

Pelo viés da colonialidade do ser e do gênero, é preciso que a teoria feminista assuma um dever imediatamente prático, ou seja, que os agentes envolvidos na disputa de sentidos, princípios e estratégias em políticas públicas com enfoque na igualdade de gênero estejam atentos aos sujeitos vivos e corporificados que serão objeto das campanhas. A situação de vulnerabilidade, conforme defendido neste artigo, não é necessariamente uma situação de passividade: e escolher ignorar modos de reflexão, comportamento e relacionamento que são construídos mesmo que à revelia da lógica do poder – da construção normativa do social – é assumir um compromisso muitas vezes irrefletido e indesejado com os sistemas de dominação capitalistas e patriarcais. É importante compreender que as subjetividades que resistem com frequência se expressam

infrapoliticamente, em vez de uma política do público que se situa facilmente na contestação pública (LUGONES, 2014, p. 940).

Da mesma forma, ao pensar no lugar da mulher em políticas de segurança, devemos compreender com Judith Butler que um pacto pela não violência é uma obrigação ética, e não ontológica (própria da natureza dos seres). Portanto, “ser” mulher não obriga nenhuma pessoa a frear suas pulsões de morte, sua agressividade ou a interromper sua sujeição fascinada à figura personificada do poder não cerceado - o tirano (BUTLER, 2021, p. 124-134). Insistir nessa visão de mundo é persistir em um essencialismo fundamentado em senso comum.

Por outro lado, quando fortalecermos a noção de interdependência, não só entre indivíduos, mas também entre processos vivos do planeta, e aproveitarmos a coletividade em vez de incentivar o individualismo liberal, poderemos finalmente entender o potencial das redes de solidariedade genuína na construção de uma predisposição em salvar vidas, que nos permita, nas palavras de Butler “[...] estabelecer o poder prévio de arrependimento e remorso, de modo que nossas ações presentes e futuras impeçam um porvir que iremos lamentar” (BUTLER, 2021, p. 88).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FONSECA, Claudia. “Família e parentesco na antropologia brasileira contemporânea”. In: **Horizontes das Ciências Sociais. Antropologia**, de Carlos Benedito Martins (coord.) e Luiz Fernando Dias Duarte (Org.). São Paulo: ANPOCS. p. 123-154. 2010.

GOMES, Carla de Castro; SORJ, Bila. O gênero da “nova cidadania”: o programa Mulheres da Paz. **Sociologia&Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 02, p. 147-164, junho. 2011.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 03, p. 935-952, setembro/dezembro. 2014.

MISSAGGIA, Juliana Oliveira. O problema do sujeito político do feminismo: reflexões a partir de um viés descolonial. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 45, p. 293-310. 2022.

RODRIGUES, Aurea Maria Pires; ZOBOLI, Fábio. “Feminismo é para todo mundo?”: notas sobre mulheres vítimas de violações de direitos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Universidade Federal de Sergipe, v. 16, n. 35, janeiro/dezembro. 2023.